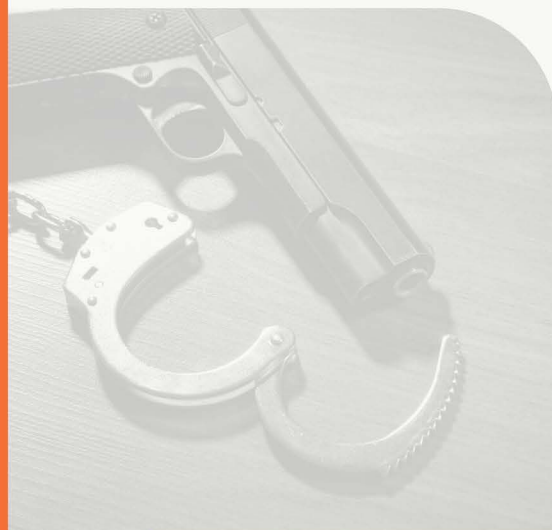


450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FGV
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

PC-PR

DELEGADO DE POLÍCIA

- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Legislação Penal e Processual Penal Extravagante
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo e Gestão Pública
- ▶ Legislação Estadual e Institucional
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Ciências Forenses





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PC-PR

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas

CÓD: OP-141JL-26
7908403599394

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Direito Penal	5
2. Direito Processual Penal	23
3. Legislação Penal e Processual Penal Extravagante.....	41
4. Direito Constitucional	61
5. Direito Administrativo e Gestão Pública	79
6. Legislação Estadual e Institucional.....	93
7. Direitos Humanos	105
8. Ciências Forenses.....	119

DIREITO PENAL

1. (FGV - 2021)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu primeiro artigo, adota a Doutrina de Proteção Integral. A respeito dessa Doutrina, analise as afirmativas a seguir.

I. É denominada de proteção integral, por propor que a família, a sociedade e o Estado são obrigados a propiciar aos menores o respeito a todos os seus direitos fundamentais de cidadãos e de pessoas em desenvolvimento.

II. Pressupõe que os seres humanos com menos de 18 anos possuem direitos iguais àqueles que são consagrados aos adultos e, além disso, direitos que lhe são peculiares, considerando sua especial condição de pessoas em desenvolvimento ou em formação.

III. Reconhece a condição de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, o que os torna merecedores de tutela e supervisão por parte da família e do Estado, já que ainda não possuem o discernimento para serem imputados por seus atos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FGV - 2025)

Com relação ao direito à educação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A escola contatará o Conselho Tutelar apenas em último caso em situações de maus-tratos parentais a um aluno.

() Os pais ou responsáveis poderão participar da definição das propostas educacionais da escola.

() A escola deverá respeitar os valores culturais próprios ao contexto social da criança e do adolescente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.

(C) V – F – F.

(D) V – V – F.

(E) F – F – V.

3. (FGV - 2026)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) estabelece uma série de direitos específicos para a criança e o adolescente, considerando a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Assinale a opção que exemplifica a **violação** de um direito.

- (A) Aplicação de castigo físico com finalidade educativa e que não causa lesões aparentes.
- (B) Determinação de acompanhamento familiar por equipe técnica do sistema de proteção social.
- (C) Encaminhamento da criança a serviço de acolhimento familiar, com reavaliação periódica da medida.
- (D) Afastamento provisório da criança do convívio familiar por decisão judicial fundamentada.
- (E) Restrição temporária de visitas para preservação do melhor interesse da criança.

4. (FGV - 2024)

Marília, de 3 anos, foi acolhida no Programa de Família Acolhedora pelo Conselho Tutelar, após ser encontrada sozinha em casa, pois seus responsáveis haviam ido a um baile dois dias antes.

Sobre o caso, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Marília não pode ser colocada em Família Acolhedora antes de ser destituída de poder familiar.
- (B) O Conselho Tutelar não pode acolher crianças ou adolescentes.
- (C) Marília pode permanecer acolhida, no máximo, por 24 meses, segundo dispõe a lei.
- (D) A criança deverá ter sua situação processual reavaliada pelo juiz, no máximo, a cada três meses.

AMOSTRA

(E) A criança deve ser imediatamente destituída do poder familiar, diante da situação de abandono.

5. (FGV - 2024)

Crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar podem ser inseridos em programas de acolhimento institucional ou familiar.

Sobre o acolhimento de crianças e adolescentes, assinale a afirmativa correta.

(A) A família acolhedora garante o atendimento especializado e individualizado, com afeto, da criança e do adolescente, enquanto a situação da família de origem está sendo reorganizada.

(B) O acolhimento institucional é preferencial dentro da política de proteção e a criança e adolescente podem permanecer no máximo 24 meses institucionalizados naqueles locais.

(C) A colocação em família acolhedora implica em colocação em família substituta na modalidade de adoção e deve ser autorizada pela família biológica no momento da inclusão da criança ou adolescente.

(D) A autoridade responsável pela inclusão e exclusão de crianças e adolescentes em abrigos é o Conselho Tutelar que deve sempre contar com equipe multiprofissional que possa subsidiá-lo.

(E) Devem ser realizadas audiências em todas as unidades de acolhimento no mínimo cinco vezes ao ano para reavaliação de todos os processos de crianças e adolescentes acolhidos.

6. (FGV - 2021)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da colocação da criança e do adolescente em família substituta. Em relação à colocação em família estrangeira nessa categoria, o Estatuto impõe que ela seja considerada

(A) legal, desde que haja autorização dos pais biológicos.

(B) excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

(C) natural, sob a forma de tutela ou adoção.

(D) especial, com acompanhamento judicial por cinco anos.

7. (FGV - 2026)

No exercício da jurisdição na Comarca de Rodelas/BA, o juiz de direito se depara com um pedido de adoção de uma criança de 5 anos, pertencente à etnia indígena Tuxá.

O autor, que exercia a guarda legal da criança há 2 anos e já havia manifestado, em audiência de instrução, sua vontade de adotar, faleceu antes da prolação da sentença.

A família biológica opõe-se ao pedido, alegando a competência da Justiça Federal, em razão da necessidade de intervenção da Funai. No mérito, ressalta a primazia da família natural, a imprescindibilidade do estágio de convivência e pondera que o falecimento do adotante faz o pedido de adoção perder o objeto.

Ao analisar o processo, à luz do direito da criança e do adolescente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, o magistrado deve considerar que:

(A) a intervenção da Funai nos litígios relacionados à adoção de crianças indígenas é obrigatória, a fim de que sejam consideradas e respeitadas as identidades social e cultural do povo indígena, o que impõe a remessa do feito para julgamento na Justiça Federal;

(B) a competência para julgamento de processo de adoção de criança indígena é da Justiça Estadual; a intervenção da Funai pode ser dispensada se não houver risco social à identidade do povo indígena, e a adoção post mortem é viável diante da manifestação inequívoca da vontade pelo adotante;

(C) a competência é da Justiça Estadual, com intervenção obrigatória da Funai, e o estágio de convivência pode ser dispensado em razão do exercício da guarda legal;

(D) a intervenção da Funai é obrigatória apenas se constatado risco social e cultural à identidade do povo indígena, hipótese em que a competência é deslocada para a Justiça Federal;

(E) a competência é da Justiça Estadual, mas o estágio de convivência para adoção de criança indígena é indispensável, o que inviabiliza a adoção em razão da morte do autor.

8. (FGV - 2024)

Beatriz e Lauro são habilitados à adoção e iniciam a aproximação com duas crianças destituídas do poder familiar por sentença transitada em



DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2024)

Ao estudar o Decreto nº 9.603/2018, que regula a Lei nº 13.431/2017, Georgiana se deparou com o conceito atinente ao “discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem”.

Para fins do disposto no mencionado Decreto, a descrição define

- (A) violência institucional.
- (B) assédio moral.
- (C) revitimização.
- (D) acolhimento ou acolhida.
- (E) assédio moral institucional.

2. (FGV - 2024)

Ana compareceu à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente acompanhada de sua filha Débora, 11 anos, que relatou para a mãe ter sido sexualmente molestada por um tio paterno.

De acordo com a legislação vigente, nos casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes, a escuta especializada realizada em órgãos da rede de proteção terá como objetivo:

- (A) priorizar o afastamento do lar da vítima ou da testemunha de violência para garantia de sua integridade física e psicológica;
- (B) produzir provas para o processo de investigação e de responsabilização criminal do suspeito de abuso sexual;
- (C) cumprir a finalidade de proteção social e de provimento de cuidados para a superação das consequências da violação sofrida;
- (D) criar estratégias para fazer a criança ou adolescente falar sobre a violência sofrida, respeitado seu estágio de desenvolvimento;
- (E) realizar o atendimento psicológico clínico com ênfase em técnicas psicológicas de intervenção em estresse pós-traumático.

3. (FGV - 2023)

Adolescente e sua mãe comparecem a Centro de Referência em Assistência Social (Cras) para relatar violência sexual praticada pelo avô da adolescente há dois meses.

O profissional da assistência social que realiza o atendimento decide fazer a escuta da adolescente na companhia de sua genitora, indagando-lhe detalhes sobre a dinâmica dos fatos, de modo a obter elementos suficientes para a futura responsabilização criminal do suposto agressor, e para atender às necessidades socioassistenciais da família. Após a escuta, as encaminha ao Conselho Tutelar e à autoridade policial.

No Conselho Tutelar, a mãe é novamente ouvida e a autoridade policial toma o depoimento da mãe e da adolescente. Ao final, encaminha a adolescente ao Instituto Médico Legal e oferece representação ao Ministério Público sobre medida de afastamento do agressor do local de convivência com a adolescente.

O Ministério Público apresenta pedido de medida protetiva em favor da adolescente, que é deferido, e decide aguardar o resultado do laudo do Instituto Médico Legal e o depoimento de testemunhas que comprovem a violência, a serem colhidos pela autoridade policial.

Transcorrido cerca de um ano e seis meses desde o primeiro atendimento na assistência social, é apresentada denúncia, e, após citação e resposta à acusação, é designada audiência de instrução e julgamento. Na audiência, a adolescente avisa que não deseja contar novamente sobre a violência, mas é convencida pelo juiz e membro do Ministério Público a prestar depoimento para que haja prova para a condenação do agressor.

Sobre esse caso, é correto afirmar que:

- (A) o depoimento especial é facultativo na fase de inquérito policial;
- (B) a adolescente tem o dever de prestar depoimento em sede judicial;
- (C) o encaminhamento da adolescente ao Instituto Médico Legal foi incorreto porque não havia mais vestígios da violência;

AMOSTRA

(D) a autoridade policial tem sempre competência para promover o afastamento do agressor do lugar de convivência da adolescente;
(E) a proteção integral aos direitos da adolescente teria sido observada se o depoimento especial tivesse ocorrido por produção antecipada de provas.

4. (FGV - 2022)

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), por meio de uma Resolução de 2006, institucionalizou o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sobre o tema, analise as opções a seguir.

I. A Vara da Infância e da Juventude, o Ministério Público e a Defensoria Pública;

II. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Conselho Tutelar;

III. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi).

Faz(em) parte do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

5. (FGV - 2024)

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

6. (FGV - 2025)

Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

() Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que essa não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

() Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito permanecerão na Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

7. (FGV - 2025)

João, agindo com dolo, efetuou disparos de arma de fogo em Bruno, seu desafeto, o qual, imediatamente, faleceu, ensejando forte repercussão social na municipalidade.

Assim que tiver conhecimento da infração penal, a autoridade policial pode, com base no Código de Processo Penal, assumir os procedimentos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

(A) Deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades, se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicados pela pessoa presa.

(B) Deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

1. (FGV - 2025)

Dentre os procedimentos listados a seguir, aquele que pode ser entendido como um instrumento de conscientização dos condutores é:

- (A) Aplicação de uma multa.
- (B) Cassação da carteira de motorista.
- (C) Instalação de uma sinalização vertical.
- (D) Realização de uma medida administrativa.
- (E) Aplicação de uma penalização por advertência.

2. (FGV - 2026)

Frederico, advogado, após alcançar grande sucesso na advocacia, decidiu se dedicar também à construção civil, passando a atuar simultaneamente nas duas áreas. Diante da afinidade temática entre o Direito Imobiliário e o setor de construção civil, Frederico teve a ideia de unir ambas as atividades em um único escritório, oferecendo aos clientes consultoria jurídica e serviços de incorporação imobiliária. Para divulgar o seu novo empreendimento, contratou um escritório de *marketing*, que produziu uma campanha publicitária conjunta, ressaltando seus trabalhos como advogado e como empreendedor da construção civil. Sobre o fato narrado, com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É possível a divulgação conjunta, desde que respeitados o decoro e a dignidade da advocacia, cabendo ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB avaliar a adequação da publicidade.
- (B) É permitida a divulgação conjunta apenas quando a outra atividade também for regulamentada por entidade de classe, hipótese em que a OAB poderá celebrar o convênio para a publicidade cruzada.
- (C) É vedada a divulgação conjunta de advocacia com outra atividade, ainda que exercida pela mesma pessoa e que haja afinidade entre os ramos, como ocorre entre a advocacia imobiliária e a construção civil.
- (D) Em regra, não é possível divulgar a advocacia em conjunto com outra atividade, mas nesse

caso seria permitido, pois as atividades são exercidas por uma mesma pessoa e possuem afinidade temática, inexistindo conflito ético.

3. (FGV - 2025)

Afonso, condenado por tráfico de drogas, cumpre pena dividindo cela com Rodrigo, preso preventivamente há mais de dois anos, sem que a instrução do processo por roubo a que responde tenha sido concluída. Indignado com a situação de Rodrigo, Afonso, que não tem formação jurídica, mas sempre foi habilidoso com a escrita, decide redigir um pedido de *habeas corpus* em folha de caderno, à mão, em favor de seu companheiro de cela.

Considerando o disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (EOAB), assinale a afirmativa correta.

- (A) A impetração de *habeas corpus* é atividade privativa de advogado regularmente inscrito na OAB, não podendo ser realizada por um leigo, ainda que em defesa de direitos fundamentais.
- (B) Afonso poderá redigir e impetrar o *habeas corpus* em favor de Rodrigo, pois a impetração desse remédio constitucional não está incluída entre as atividades privativas da advocacia.
- (C) Afonso somente poderia impetrar o *habeas corpus* se comprovasse que não havia advogado disponível para atuar no caso de Rodrigo.
- (D) A impetração de *habeas corpus* é vedada para leigos quando se trata de crimes graves, como roubo, exigindo obrigatoriamente a atuação de advogado.

4. (FGV - 2026)

Paloma, advogada gestante, compareceu ao Fórum da Comarca de Itaporanga, PB, para participar de uma audiência. Ao tentar estacionar no local, foi impedida de acessar a garagem sob a justificativa de que não havia vagas reservadas para gestantes. Além disso, foi obrigada a passar por um detector de metais, mesmo tendo informado de sua condição de gestante. Indignada, Paloma

AMOSTRA

buscou esclarecer os seus direitos. Sobre a hipótese narrada, com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Paloma, por ser advogada gestante, tem o direito de não ser submetida a detectores de metais, mas o estacionamento exclusivo só é garantido em Tribunais e Fóruns Federais, não nos Fóruns Estaduais.

(B) Os direitos de Paloma, como o de não ser submetida aos detectores de metais e à reserva de vagas, são aplicáveis apenas em Tribunais Superiores, e não se estendem a Fóruns de Comarcas Estaduais.

(C) Paloma, por ser advogada gestante, tem o direito de entrar em Fóruns e Tribunais sem ser submetida a detectores de metais e tem direito à reserva de vagas nas garagens dos Fóruns dos Tribunais.

(D) Paloma tem o direito de entrada no Fórum sem ser submetida a detectores de metais, mas o direito à reserva de vagas em garagens para gestantes é uma mera liberalidade do Tribunal e não é garantido por lei.

5. (FGV - 2025)

No âmbito de investigação sigilosa, o Magistrado competente decretou a prisão de Jodo, amigo íntimo de Carlos. Carlos é advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao saber do cumprimento do mandado, com a consequente custódia de Jodo, Carlos se dirigiu à delegacia e, em seguida, procurou o Magistrado plantonista para tratar do caso. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

(A) Carlos somente terá acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João se apresentar procuração para representá-lo. Nesse caso, deve lhe ser franqueado amplo acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial, não sendo possível a imposição de qualquer limitação.

(B) Carlos deverá ter acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João, independentemente da apresentação de procuração para representá-lo. Ademais, deve lhe ser franqueado amplo acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial, não sendo possível a imposição de qualquer limitação.

(C) Carlos somente terá acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João se apresentar procuração para representá-lo. Entretanto, o acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial poderá ser delimitado, desde que relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, desde que haja comprovado risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade da investigação.

(D) Carlos deverá ter acesso aos autos da investigação que culminou na prisão de João, independentemente da apresentação de procuração para representá-lo. Entretanto, o acesso aos elementos de prova colhidos pela autoridade policial poderá ser delimitado, ainda que relacionados a diligências já encerradas e devidamente documentadas nos autos, desde que haja comprovado risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade da investigação.

6. (FGV - 2021)

O advogado Júnior foi procurado pela família de João, preso em razão da decretação de prisão temporária em certo estabelecimento prisional. Dirigindo-se ao local, Júnior foi informado que João é considerado um preso de alta periculosidade pelo sistema prisional, tendo em vista o cometimento de diversos crimes violentos, inclusive contra um advogado, integração a organização criminosa e descobrimento de um plano de fuga a ser executado pelo mesmo grupo. Diante de tais circunstâncias, o diretor do estabelecimento conduziu Júnior a uma sala especial, onde poderia conversar com João na presença de um agente prisional destinado a garantir a segurança do próprio Júnior e dos demais. Além disso, foi exigida a apresentação de procuração pelo advogado antes de deixar o estabelecimento prisional. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

(A) É exigível a apresentação de procuração. Quanto às condições exigidas para a realização da entrevista, por serem devidamente justificadas, não indicam violação de direitos.

(B) Não é exigível a apresentação de procuração. Já as condições exigidas para a realização da entrevista violam direitos e

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2022)

A respeito do nosso sistema presidencialista de governo, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República que é auxiliado pelos Ministros de Estado, no âmbito federal.

() O Presidente da República é o único que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

() O Presidente da República age como Chefe de Estado quando celebra tratados internacionais ou declara guerra.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – F.

2. (FGV - 2025)

Em determinado processo em tramitação no âmbito do Juizado Especial X, a pretensão deduzida pelo autor, representado por advogado, estava lastreada em norma constitucional de eficácia contida. Após analisar o processo, o juiz leigo concluiu corretamente que a referida norma:

- (A) não pode alicerçar a pretensão, pois carece de regulamentação;
- (B) tem o condão de revogar normas anteriores com ela colidentes, apesar de carecer de regulamentação para a produção de efeitos;
- (C) tem aplicabilidade imediata, ainda que possa ter o seu alcance restringido; logo, pode embasar a pretensão do autor;
- (D) tem aplicabilidade imediata, já que a regulamentação somente pode estender os seus efeitos, não os restringir, sob pena de comprometer a força normativa da Constituição;

(E) a exemplo da generalidade das normas constitucionais, carece de regulamentação para produzir a integralidade dos seus efeitos, mas isso não obsta que embase uma pretensão.

3. (FGV - 2022)

João, cidadão com grande engajamento político, procurou orientação jurídica a respeito da forma de implementação dos direitos sociais previstos na Constituição, ocasião em que lhe foi informado, corretamente, que

- (A) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia plena, indicativo de que podem ser imediatamente exigidos, mesmo sem integração pela legislação infraconstitucional.
- (B) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia limitada, exigindo a integração pela legislação infraconstitucional para que sejam exigidos.
- (C) carecem apenas da prática de atos regulamentares, a cargo do Poder Executivo, definindo a forma como serão oferecidos à coletividade.
- (D) não se distinguem, quanto à exigibilidade, dos denominados direitos de defesa.
- (E) a sua exigibilidade não sofre a influência de condicionantes orçamentárias.

4. (FGV - 2026)

Instaurou-se um debate na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em relação à compatibilidade de determinado programa de trabalho, constante do projeto de lei orçamentária anual, com o Art. X da Constituição da República.

Um dos polos desse debate defendia que os padrões deontológicos se exauriam no plano semiótico, conforme sentidos preexistentes, o que assegurava a segurança jurídica e afastava a possibilidade de manipulações antidemocráticas pelo “intérprete de ocasião”.

AMOSTRA

Sobre a referida linha argumentativa, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) É refratária ao formalismo clássico.
- (B) Está em harmonia com o realismo jurídico.
- (C) Está em harmonia com a metódica concretista.
- (D) Não é infensa à influência de vetores axiológicos na interpretação constitucional.
- (E) Atribui ao intérprete o exercício de uma atividade essencialmente cognoscitiva, não decisória.

5. (FGV - 2026)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro atuou como órgão interveniente em ação civil pública ajuizada pela Associação *Alfa* em face do Município Beta, na qual se discutia a interpretação a ser dispensada ao Art. Y da Constituição da República.

O demandante sustentou que o ambiente sociopolítico era insuscetível de ser compartimentado e petrificado, a exemplo do que se verifica com o significado normativo. O demandado, por sua vez, afirmou que o significado normativo não pode variar ao sabor das conveniências do intérprete, que deve subsumir a situação fática *sub judice* a um significado normativo preexistente.

O membro do Ministério Público, ao analisar as linhas argumentativas apresentadas, concluiu corretamente que

- (A) ambas são compatíveis com a lógica do razoável.
- (B) ambas se harmonizam com a concepção de mutação constitucional.
- (C) a do demandante é refratária à jurisprudência dos interesses e a do demandado valoriza a atividade criativa e decisória do intérprete.
- (D) a do demandante se ajusta à concepção de declaração de nulidade sem redução de texto e a do demandado é refratária ao realismo jurídico.
- (E) a do demandante se ajusta ao exercício de uma atividade puramente cognoscitiva pelo intérprete e a do demandado se harmoniza com a jurisprudência dos conceitos.

6. (FGV - 2025)

Ao analisar uma proposição legislativa na perspectiva da conformidade constitucional, prevaleceu o entendimento, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, de que o texto constitucional sofre a influência de aspectos circunstanciais subjacentes à sua aplicação. Em razão dessa influência, é possível que uma pluralidade de significados sejam potencialmente enquadráveis no significado interpretado, o que potencializa a atividade do intérprete. Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que

- (A) a solução mais justa deve ser aquela buscada pelo intérprete, ainda que haja a preterição de referenciais de natureza semiótica.
- (B) a preeminência de referenciais semióticos é absoluta, de modo que aspectos sociológicos influem no processo de criação da norma, não na sua aplicação.
- (C) a necessidade de resolução das conflitualidades intrínsecas que se desenvolvem no curso do processo de interpretação é refratária ao exercício de uma atividade puramente cognoscitiva.
- (D) o processo de interpretação constitucional deve observar a ratio essendi dos padrões normativos interpretados, ínsitos e inseparáveis do texto constitucional, não influir no delineamento do seu conteúdo.
- (E) a construção normativa é influenciada por referenciais axiológicos, mas não por referenciais de natureza sociológica, que se mostram cambiáveis e insindicáveis, podendo redundar em decisões arbitrárias.

7. (FGV - 2024)

Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres contraria os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção da vida e da igualdade de gênero. Em decorrência, o Art. 23, inciso II, o Art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e o Art. 65 do Código de Processo Penal devem ser interpretados de modo a excluir a legítima defesa da honra do domínio do instituto da legítima defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA

1. (FGV - 2025)

Avalie as proposições a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Uma política pode ser eficaz (cumprir metas/objetivos operacionais) e, ao mesmo tempo, ineficiente (usar recursos acima do necessário para as entregas).

() Se uma política é eficiente, então necessariamente é efetiva (gera mudanças no problema/público-alvo).

() Uma política pode ser efetiva (produzir resultados/impactos mensuráveis) sem ter sido eficaz nas metas operacionais originalmente pactuadas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

2. (FGV - 2024)

É uma referência para o setor público no Brasil o guia de governança do TCU. Nele cada um dos mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) foi associado a um conjunto de componentes que contribuem direta ou indiretamente para o alcance de seus objetivos.

É(são) um componente previsto no mecanismo de controle:

- (A) o alinhamento transorganizacional;
- (B) as competências e pessoas;
- (C) a gestão de riscos;
- (D) os princípios e comportamentos;
- (E) o relacionamento com partes interessadas.

3. (FGV - 2024)

Com base no conceito de Governança Pública adotado pelos órgãos de controle interno e externo, em virtude do propósito de apoiar a melhoria do desempenho das organizações públicas jurisdicionadas, analise as afirmativas a seguir.

I. Compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

II. Função responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos.

III. Responsável em manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. (FGV - 2025)

Programas de integridade e mecanismos de prevenção à corrupção são fundamentais para promover a ética, a transparência e a *accountability* na Administração Pública, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições e garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

Assinale a opção que apresenta **corretamente** o conceito de *accountability*.

- (A) Diz respeito à obrigação de pessoas ou entidades que recebem recursos públicos de prestar contas e assumir responsabilidades fiscais, gerenciais e programáticas.
- (B) É o dever exclusivo dos cidadãos de fiscalizar os atos da Administração Pública.
- (C) Refere-se à obrigação do Estado de manter o sigilo sobre todas as informações estratégicas.
- (D) Trata-se da exigência de cumprimento de metas financeiras impostas apenas as empresas privadas.
- (E) Refere-se à transparência apenas nos processos eleitorais, sem relação com a gestão pública.

5. (FGV - 2024)

Accountability é a responsabilidade e prestação de contas transparente e ética que as organizações e indivíduos assumem perante suas ações e resultados, promovendo a confiança e a credibilidade em suas atividades.

Assinale, dentre as opções a seguir, o tipo de *accountability* que compreende a fiscalização e controle mútuo dos Três Poderes, através de órgãos legalmente estabelecidos para essa finalidade – um sistema de checks and balances (freios e contrapesos) previsto na Constituição, que inclui Tribunais de Contas, Ministério Público, controladorias e agências fiscalizadoras.

- (A) Vertical.
- (B) Societal.
- (C) Holístico.
- (D) Horizontal.
- (E) Social.

AMOSTRA

6. (FGV - 2024)

Accountability é a responsabilidade de agentes públicos em prestar contas de suas ações, garantindo transparência e integridade.

Uma ação entre desiguais, na qual os cidadãos controlam os políticos e governos por meio de plebiscito, referendo e voto ocorre na

- (A) *Accountability* horizontal.
- (B) *Accountability* social.
- (C) *Accountability* diagonal.
- (D) *Accountability* societal.
- (E) *Accountability* vertical.

7. (FGV - 2024)

O Município de Cidade Jardim implementou uma iniciativa de governo aberto com o objetivo de promover a transparência, a participação cidadã e a responsabilidade na gestão pública.

Assim, a administração municipal decidiu lançar um portal de transparência, realizar audiências públicas regulares e publicar relatórios de desempenho para garantir que os cidadãos tivessem acesso à informação e pudessem influenciar as decisões governamentais.

Relacione os termos a seguir aos seus respectivos objetivos.

- I. Audiências Públicas.
- II. Portal da Transparência.
- III. Relatórios de Desempenho.

() Facilitar o acesso à informação e permitir que os cidadãos monitorem como os recursos públicos estão sendo utilizados. () Promover a participação cidadã na tomada de decisões e garantir que as vozes da comunidade sejam ouvidas.

() Aumentar a accountability, permitindo que a população avalie a performance da Administração Pública.

Assinale a opção que indica, segundo a ordem apresentada, a correspondência **correta**.

- (A) II – III – I.
- (B) II – I – III.
- (C) I – II – III.
- (D) I – III – II.
- (E) III – I – II.

8. (FGV - 2023)

O sistema de freios e contrapesos representa um controle mútuo entre os poderes do Estado.

Nesse modelo, presente no contexto brasileiro, o Legislativo julga o Presidente da República e os membros do Supremo Tribunal Federal em determinados crimes; o Presidente da República, representando o Executivo, tem o poder de veto a projetos de lei e o Judiciário anula atos do Legislativo ou do Executivo por motivos de ilegalidade ou inconstitucionalidade. O exercício do sistema de freios e contrapesos representa um exemplo de *accountability*

- (A) societal.
- (B) vertical.
- (C) horizontal.
- (D) coletivo.
- (E) hierárquico.

9. (FGV - 2024)

Relacione as fontes do Direito Administrativo relacionadas a seguir, com as respectivas definições.

- 1- Costumes
- 2- Doutrina
- 3- Jurisprudência

() Práticas sociais e casos reiterados e vistos pelos participantes como obrigatórios, que podem ser utilizados como fonte do Direito.

() Casos já julgados e que são fontes relevantes para o esclarecimento de dúvidas e lacunas que supram as necessidades da Constituição.

() Construções e reflexões dos teóricos do Direito, sobre as normas e os princípios legais.

Assinale a opção que indica a relação **correta**, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

10. (FGV - 2022)

Assinale a opção que caracteriza corretamente um dos princípios que norteia a Administração Pública.

- (A) Os agentes públicos não podem prejudicar, nem privilegiar nenhum indivíduo (*eficiência*).
- (B) Atos e informações da Administração Pública devem ter divulgação oficial (*impressoalidade*).
- (C) As regras e as normas de conduta, definidas pela legislação, devem ser seguidas pelo administrador público (*moralidade*).
- (D) A ação do administrador público deve, necessariamente, estar em conformidade com a lei (*publicidade*).
- (E) A Administração Pública deve manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta, atingindo metas e evitando desperdícios (*legalidade*).

11. (FGV - 2021)

O tratamento igualitário e a prestação de contas à população são considerados fundamentais nos atos da administração pública, derivando, respectivamente, dos princípios

- (A) da legalidade e da constitucionalidade.
- (B) da impessoalidade e da publicidade.
- (C) da moralidade e da eficiência.
- (D) da veracidade e da relevância.
- (E) da transparência e da regularidade.

12. (FGV - 2024)

Maria e Julia estavam estudando juntas para concurso público e começaram a debater o significado, extensão e limites do princípio da autotutela no direito administrativo. Ambas concluíram corretamente que, em razão de tal princípio, a Administração

- (A) tem o poder-dever de convalidar os atos eivados de desvio de finalidade.
- (B) não tem prazo para invalidar os atos viciados, ainda que beneficiem terceiros de boa-fé.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

1. (2026)

A Lei Complementar nº 259/2023, em seu art. 2º, apresenta conceitos aplicáveis à estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná. Considerando especificamente o conceito de promoção, assinale a alternativa correta.

- (A) Promoção é a mudança do servidor para cargo de atribuições distintas, mediante novo concurso público.
- (B) Promoção é a designação temporária do servidor para exercer função gratificada ou cargo em comissão.
- (C) Promoção é a transferência do servidor de uma unidade policial para outra, ainda que não haja alteração remuneratória.
- (D) Promoção é a passagem do servidor público estável e em efetivo exercício de um nível ou classe/nível para outro imediatamente superior, dentro do mesmo cargo.
- (E) Promoção é a elevação automática do servidor a qualquer nível da carreira após o cumprimento do estágio probatório.

2. (2026)

De acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 259/2023, integram as carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná:

- (A) Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Agente de Operações Policiais, esta última em extinção.
- (B) Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminal e Médico-Legista.
- (C) Delegado de Polícia, Oficial Investigador, Perito Oficial Criminal e Técnico em Segurança Pública.
- (D) Delegado de Polícia, Agente Penitenciário, Papiloscopista, Escrivão e Guarda Civil Estadual.
- (E) Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Oficial Administrativo e Perito Judicial.

3. (2026)

Um candidato pretende ingressar em uma das carreiras do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná. Conforme o art. 11 da Lei Complementar nº 259/2023, assinale a alternativa que apresenta corretamente requisitos para a investidura.

- (A) Possuir habilitação na categoria “A”, ensino médio completo e dois anos de experiência administrativa.
- (B) Ser aprovado apenas nas provas escritas e apresentar o diploma exigido no prazo de cinco anos após a posse.
- (C) Apresentar habilitação em qualquer categoria, sendo facultativas a avaliação psicológica e a investigação social.
- (D) Ser aprovado no concurso, ficando dispensado do curso de formação técnico-profissional caso possua experiência policial.
- (E) Possuir Carteira Nacional de Habilitação ou permissão para dirigir na categoria mínima “B”, ser aprovado nas avaliações de saúde, física e psicológica, demonstrar boa conduta e concluir o curso de formação, além de comprovar a escolaridade exigida.

4. (2026)

Nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 259/2023, os concursos públicos destinados ao ingresso nas carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná terão:

- (A) validade máxima de dois anos, prorrogável uma vez por igual período, contada da publicação da homologação da classificação final no Diário Oficial do Estado.
- (B) validade obrigatória de quatro anos, vedada qualquer prorrogação.
- (C) validade de um ano, prorrogável por até três períodos iguais.
- (D) validade indeterminada enquanto existirem cargos vagos.
- (E) validade de seis meses, contada da realização da primeira prova.

AMOSTRA

5. (2026)

Um policial civil ingressou mediante concurso com distribuição regional de vagas. Após um ano de exercício, requereu transferência para unidade situada fora da macrorregião pela qual concorreu. Segundo o art. 20 da Lei Complementar nº 259/2023, esse servidor:

- (A) poderá deixar a macrorregião a qualquer momento, pois a escolha regional produz efeitos somente durante o curso de formação.
- (B) deverá permanecer na macrorregião por cinco anos, sob pena de demissão.
- (C) poderá ser removido sem consequência funcional, desde que renuncie à ajuda de custo.
- (D) deverá permanecer na região por dois anos, sob pena de reiniciar o estágio probatório.
- (E) deverá permanecer por, no mínimo, três anos em unidades da macrorregião, sob pena de contagem em dobro do prazo para a promoção ao nível III.

6. (2026)

A respeito do estágio probatório dos policiais civis, o art. 27 da Lei Complementar nº 259/2023 estabelece que:

- (A) terá duração de dois anos, com apenas uma avaliação de desempenho ao final do período.
- (B) terá duração de cinco anos, sendo obrigatórias avaliações semestrais.
- (C) terá duração de três anos de efetivo exercício, com no mínimo três avaliações de desempenho, devendo ocorrer pelo menos uma avaliação em cada ano.
- (D) será dispensado para o candidato que já tenha exercido outro cargo público estadual.
- (E) será contado normalmente durante qualquer afastamento, ainda que seja impossível avaliar o desempenho do servidor.

7. (2026)

O art. 35 da Lei Complementar nº 259/2023 disciplina a Medalha do Serviço Policial. Considerando as categorias da honraria, assinale a alternativa correta.

- (A) Bronze aos cinco anos, prata aos quinze anos e ouro aos vinte e cinco anos.
- (B) Bronze aos dez anos, prata aos quinze anos e ouro aos vinte anos.
- (C) Bronze aos quinze anos, prata aos vinte anos e ouro aos vinte e cinco anos.

(D) Bronze aos cinco anos, prata aos vinte anos e ouro aos trinta anos.

(E) Bronze aos dez anos, prata aos vinte anos e ouro aos trinta anos de efetivo serviço na Polícia Civil do Paraná.

8. (2026)

De acordo com os arts. 45 e 47 da Lei Complementar nº 259/2023, o policial civil que pretenda concorrer à promoção imediatamente superior deverá observar, entre outros requisitos:

- (A) apenas o cumprimento do interstício, pois a avaliação de desempenho é facultativa.
- (B) estabilidade, dez anos de serviço e aprovação em novo concurso público.
- (C) exercício em unidade operacional e inexistência de qualquer afastamento durante toda a carreira.
- (D) condição de servidor ativo e estável, conceito global satisfatório na avaliação de desempenho e interstício mínimo de dois anos, sem que o simples transcurso do prazo gere direito subjetivo à promoção.
- (E) apenas a indicação da chefia imediata, independentemente da disponibilidade orçamentária.

9. (2026)

O art. 4º da Lei Federal nº 14.735/2023 relaciona os princípios institucionais básicos das polícias civis. Entre esses princípios encontra-se:

- (A) a publicidade irrestrita de todas as técnicas e diligências investigativas.
- (B) a submissão da investigação criminal às determinações de particulares interessados.
- (C) a eliminação da autonomia técnica dos agentes envolvidos na investigação.
- (D) a utilização obrigatória da força máxima em toda intervenção policial.
- (E) o uso diferenciado da força para preservar a vida, reduzir o sofrimento e diminuir os danos.

10. (2026)

Conforme o art. 5º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 14.735/2023, constitui diretriz das polícias civis:

- (A) transferir integralmente ao servidor os custos de sua capacitação profissional.
- (B) realizar capacitação exclusivamente no momento do ingresso na carreira.

DIREITOS HUMANOS

1.(2026)

Os Direitos Humanos são compreendidos como um conjunto de direitos indispensáveis à existência digna, cuja titularidade decorre da própria condição humana. Considerando o conceito e a finalidade desses direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Direitos Humanos protegem condições essenciais à liberdade, à igualdade e à dignidade, independentemente de nacionalidade, origem, religião, condição econômica ou outro fator de diferenciação.
- (B) Os Direitos Humanos são benefícios concedidos pelo Estado somente aos cidadãos que cumpram deveres políticos.
- (C) A existência dos Direitos Humanos depende exclusivamente de sua previsão expressa na legislação interna de cada país.
- (D) Os Direitos Humanos destinam-se apenas a limitar a atuação dos agentes públicos, sem impor deveres de proteção ou promoção.
- (E) A proteção internacional alcança somente direitos civis, excluindo direitos econômicos, sociais, culturais e coletivos.

2.(2026)

Entre os princípios orientadores dos Direitos Humanos encontram-se a dignidade da pessoa humana, a não discriminação e a prevalência da norma mais favorável à vítima. Sobre esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A dignidade humana pode ser afastada quando a pessoa é acusada da prática de uma infração penal.
- (B) A não discriminação proíbe qualquer tratamento diferenciado, mesmo quando necessário para corrigir desigualdades históricas.
- (C) A norma interna deve sempre prevalecer sobre a internacional, ainda que ofereça proteção inferior.

(D) Diante de normas legitimamente aplicáveis, deve-se buscar, sempre que juridicamente possível, a interpretação que ofereça proteção mais ampla e efetiva à pessoa.

(E) A prevalência da norma mais favorável aplica-se exclusivamente às relações trabalhistas.

3.(2026)

A universalidade, a historicidade, a indivisibilidade, a interdependência, a inalienabilidade e a imprescritibilidade são características associadas aos Direitos Humanos. Assinale a alternativa que apresenta interpretação adequada dessas características.

- (A) A universalidade permite que determinados Estados excluam grupos minoritários com base em tradições culturais.
- (B) A indivisibilidade estabelece hierarquia absoluta dos direitos civis sobre os direitos sociais.
- (C) A inalienabilidade permite que uma pessoa venda definitivamente seus direitos essenciais.
- (D) A interdependência demonstra que o exercício de um direito pode depender da proteção de outros, como ocorre entre vida, saúde, alimentação e saneamento.
- (E) A historicidade significa que os Direitos Humanos deixam de existir quando ocorre mudança de governo.

4.(2026)

A teoria das gerações ou dimensões dos Direitos Humanos associa diferentes grupos de direitos aos valores de liberdade, igualdade e fraternidade ou solidariedade. De acordo com essa classificação, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos de primeira geração correspondem aos direitos sociais, econômicos e culturais.
- (B) Os direitos de segunda geração abrangem exclusivamente os direitos políticos de participação popular.
- (C) Os direitos de terceira geração relacionam-se à fraternidade ou solidariedade e compreendem direitos difusos, coletivos e transindividuais.

AMOSTRA

- (D) Os direitos de primeira geração são direitos ambientais e de proteção ao desenvolvimento.
(E) Os direitos de segunda geração excluem prestações positivas do Estado.

5.(2026)

A proteção contemporânea dos Direitos Humanos resultou de um processo histórico marcado pela limitação do poder estatal e pela progressiva internacionalização da proteção da pessoa. Assinale a alternativa correta sobre essa evolução.

- (A) A internacionalização consolidou-se integralmente antes da Primeira Guerra Mundial.
(B) A Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho foram criadas após a Segunda Guerra Mundial.
(C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada antes da Carta das Nações Unidas.
(D) As atrocidades da Segunda Guerra Mundial contribuíram para consolidar a compreensão de que graves violações da dignidade humana constituem matéria de interesse internacional.
(E) A criação da ONU restaurou a ideia de que o tratamento dado pelo Estado às pessoas era assunto exclusivamente interno.

6.(2026)

A arquitetura contemporânea de proteção dos Direitos Humanos compreende mecanismos nacionais, regionais e globais. Sobre a relação entre esses níveis de proteção, assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção nacional constitui o primeiro nível, cabendo ao Estado prevenir violações, investigar fatos, responsabilizar autores e reparar vítimas, enquanto os sistemas internacionais atuam de forma complementar e subsidiária.
(B) Os sistemas internacionais substituem automaticamente os tribunais e as instituições nacionais.
(C) O sistema global somente pode atuar em países que integrem algum sistema regional.
(D) Os sistemas regionais possuem competência universal e independem da vinculação do Estado aos respectivos instrumentos.
(E) A subsidiariedade impede qualquer atuação internacional diante da demora injustificada dos recursos internos.

7.(2026)

No sistema global das Nações Unidas, os mecanismos de proteção podem ser classificados em convencionais e extraconvencionais. Assinale a alternativa que expressa corretamente essa distinção.

- (A) Os mecanismos convencionais fiscalizam obrigações previstas em tratados ratificados, enquanto os extraconvencionais decorrem de competências institucionais mais amplas, como a Revisão Periódica Universal e os procedimentos especiais.
(B) Os mecanismos convencionais são exclusivamente políticos e não possuem comitês especializados.
(C) Os mecanismos extraconvencionais dependem sempre da ratificação de protocolo facultativo.
(D) Os comitês de tratados pertencem ao sistema extraconvencional porque são formados por especialistas.
(E) A Revisão Periódica Universal examina somente os Estados que ratificaram os Pactos de 1966.

8.(2026)

A Carta das Nações Unidas, de 1945, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, são marcos da proteção internacional da pessoa. Sobre esses documentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Carta da ONU apresenta catálogo completo de direitos individuais e substitui todos os tratados posteriores.
(B) A Declaração Universal reúne direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, embora não tenha sido originalmente elaborada como tratado sujeito à ratificação.
(C) A Declaração Universal reconhece somente direitos de liberdade, excluindo trabalho, educação e seguridade social.
(D) A Carta da ONU considera os Direitos Humanos assunto exclusivamente interno dos Estados.
(E) A Declaração Universal possui aplicação restrita aos cidadãos dos países que participaram de sua redação.

CIÊNCIAS FORENSES

1. (FGV - 2026)

Em termos médico-legais, a doença mental existe quando afeta a capacidade de algum indivíduo entender o caráter ilícito do fato, eventualmente, praticado e de autodeterminar-se ao tempo da ação e da omissão.

Em relação a imputabilidade, é incorreto afirmar que

(A) são inimputáveis os indivíduos que, por doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardado, eram, na época da ação ou omissão, incapazes de entender o caráter ilícito do fato.

(B) pode haver redução da pena de um a dois terços quando o agente, em razão de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era, na época da ação ou omissão, totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

(C) os portadores de surdimutismo são equiparados aos silvícolas, porém não devem ser considerados portadores de retardo mental profundo ou moderado.

(D) O sonambulismo leva à prática de atos, durante estado de inconsciência e o sonambulismo epilético leva ao automatismo das ações associado a amnésia geral dos fatos, de forma que atos ilícitos cometidos nesta sob esse estado, bem como na fase crepuscular, não são passíveis de punição.

(E) O hipnotismo é um estado semelhante ao sono provocado por manobras intencionais, de forma que deve ser considerado como fator modificador da responsabilidade do indivíduo.

2. (FGV - 2026)

O laudo pericial será elaborado pelos peritos, materializando a perícia realizada.

Sabendo que o laudo pericial é dividido em partes, é correto afirmar que

(A) o preâmbulo corresponde à parte do laudo onde estão os quesitos a serem respondidos, além do local, data e hora em que foi realizada a perícia.

(B) os quesitos dos laudos de exames de corpo de delito são formulados pelas partes dentro do prazo estipulado pelo Juiz.

(C) o item histórico do laudo corresponde à anamnese, não havendo diferença em relação ao exame clínico comum.

(D) a descrição é a parte mais importante do laudo pericial, deve ser rica em detalhes e corresponder ao visum et repertum.

(E) a discussão é a parte mais importante do laudo onde o perito pode citar referências bibliográficas.

3. (FGV - 2026)

A análise das lesões encontradas na perícia, correlacionando-as e comparando-as com os dados não periciais do caso, bem como o desenvolvimento de hipóteses sobre a dinâmica do crime, são elementos que devem ser colocados na parte do laudo denominada

(A) histórico

(B) preâmbulo

(C) descrição

(D) discussão

(E) conclusão

4. (FGV - 2022)

Com relação a laudos periciais, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Os laudos genericamente contêm somente as partes, a saber: preâmbulo, quesitos, histórico e antecedentes, descrição, discussão, respostas aos quesitos, data e assinatura.

() O laudo pode conter elementos de referência como gráficos, esquemas, pareceres, fotografias, fotomicrografias, cópias de documentos (relatórios de exames de laboratório), radiografias, enfim, tudo o que puder esclarecer e justificar o que foi escrito no corpo do documento.

() O histórico refere-se aos fatos geradores da perícia. Nessa parte cabem informes colhidos das mais diversas fontes e maneiras, naturalmente dependente do caso e do tipo de perícia.

AMOSTRA

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

5. (FGV - 2021)

As lesões traumáticas podem ser causadas por agentes externos ou pela própria pessoa lesada.

Nos casos de autolesão:

- (A) sua distribuição é simétrica nos dois lados do corpo;
- (B) caracteristicamente, todas têm o mesmo tempo de evolução desde a produção;
- (C) com maior frequência, são causadas por agente contundente;
- (D) têm profundidade e tamanho variados;
- (E) costumam ser vistas com direção paralela preferencial.

6. (FGV - 2021)

O diagnóstico aproximado do tempo de evolução (duração) de uma lesão pode ser feito:

- (A) em queimaduras de segundo grau até três semanas de evolução;
- (B) pela cor das equimoses na pele, se tiverem sido produzidas até uma semana antes do exame;
- (C) pelo exame radiológico de uma fratura consolidada;
- (D) pela rotura do hímen, se tiver ocorrido até duas semanas antes do exame;
- (E) mesmo que a ferida esteja infectada.

7. (FGV - 2021)

São hemorragias que, sendo encontradas no exame do crânio e do encéfalo, sugerem doenças em vez de trauma:

- (A) periósticas;
- (B) epidurais;
- (C) subdurais;
- (D) corticais;
- (E) parenquimatosas.

8. (FGV - 2026)

A gravidade das queimaduras depende de sua extensão e do local de acometimento da lesão, podendo ocorrer resposta do organismo à destruição tecidual pelo agente térmico.

Quanto as classificações das queimaduras, assinale a opção correta.

- (A) A presença de queimaduras no períneo fará com que seja considerada de terceiro grau na dependência do tamanho da área acometida.
- (B) O acometimento da face, mesmo com área de superfície corporal queimada inferior a 9%, é considerado queimadura de segundo grau.
- (C) Queimaduras causadas por correntes elétricas são sempre de terceiro grau.
- (D) O acometimento da axila, com área de superfície corporal queimada inferior a 9%, é considerado queimadura de segundo grau.
- (E) Recém-nascidos com queimaduras de primeiro grau, em qualquer extensão, são considerados grandes queimados.

9. (FGV - 2022)

De acordo com um trecho retirado da notícia publicada no The Indian Express: O responsável pelo posto policial de Vatika, declarou que: “quatro homens haviam se abrigado debaixo de uma árvore quando começou a chover fortemente na noite de sexta-feira. Um raio atingiu o local ferindo os quatro indivíduos, sendo que três sobreviveram e um foi a óbito”.

Tendo em vista o caso apresentado, analise as afirmativas a seguir:

I. Os quatro homens foram atingidos por uma energia de ordem física não mecânica.

II. O homem que faleceu foi vítima de eletrocussão.

III. As vítimas que sobreviveram sofreram fulguração.

IV. Devido ao trauma recebido, podem aparecer desenhos na pele, de cor avermelhada ligeiramente saliente, em ziguezague, arborescente que acompanha os trajetos vasculares, fenômeno considerado de natureza vasoparalítica.

Está correto o que se declara em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

